



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 11 de fevereiro de 2012

A CRITICA OS DOIS LADOS DA MESMA MÃO OPINIÃO	1
A CRITICA RED BULL ECONOMIA	2
A CRITICA RED BULL (continuação) ECONOMIA	3
A CRITICA SETOR EM ALTA ECONOMIA	4
A CRITICA Redução do FNO deve prejudicar PIM ECONOMIA	5
AMAZONAS EM TEMPO Funcionários da Suframa ameaçados de demissão..... ECONOMIA	6
AMAZONAS EM TEMPO Empregados na indústria têm crescimento de 1% em 2011 ECONOMIA	7
MASKATE CAPA CAPA	8
MASKATE Governo Dilma desfere novo golpe contra ZF CIDADE	9
MASKATE Governo Dilma desfere novo golpe contra ZF (continuação)..... CIDADE	10

OS DOIS LADOS DA MESMA MÃO

É conhecida a máxima segundo a qual a mão que afaga também apedreja. Com base nela, pode-se interpretar, por exemplo, a relação do governo federal com o Estado do Amazonas, em particular com a Zona Franca de Manaus. Esse modelo, que completará 45 anos no próximo dia 28, ganhou, recentemente, mais 50 anos de prorrogação e a extensão de seus incentivos fiscais, agora também aos municípios da região metropolitana de Manaus. Paradoxalmente, a mesma mão governamental que assinou emenda nesse sentido garroteia financeiramente a Zona

Franca de Manaus quando lhe contingencia o dinheiro obtido pela Suframa com a cobrança de taxas das empresas incentivadas do Polo Industrial. Em outras palavras, dá de um lado e retira, em parte, de outro, criando, com isso, manifestas dificuldades financeiras e operacionais para a autarquia e um grande constrangimento aos políticos e empresários locais. Prova disso é que o Planalto tem ignorado a grita deles contra essa situação. Essa questão, aliás, que está sempre na ordem do dia, quando o assunto é Zona Franca de Manaus, voltou à tona anteontem, durante a primeira reunião ordinária da Federação das

Indústrias do Amazonas. Além dos diretores da entidade, participaram o vice-governador, José Melo, e o titular da Suframa, Thomaz Nogueira, o qual disse que o orçamento deste ano da autarquia já foi contingenciado em R\$ 309 milhões, dos R\$ 514 milhões inicialmente a ela destinados.

No fim das contas, é mais da mesma política sustentada no afago, por um lado, e, por outro, no "apedrejamento" da Zona Franca de Manaus, inviabilizando convênios e projetos de fortalecimento de seu polo industrial - principal motor da economia amazonense. Não é por outro motivo que uma das entidades

de classe empresarial vem se movimentando no sentido de ir à Justiça questionar essa situação. Afinal, os recursos saem delas e estão ganhando outra destinação muito diferente: compor o superavit da União, por exemplo. Ecoando a fala de Nogueira, eis uma questão que precisa da mobilização da sociedade, claro, mas esta, por seus segmentos organizados, pode - deve - oferecer mais de si em prol de uma Zona Franca conectada com a economia regional. Não custa lembrar, mas nessa tarefa estamos bastante atrasados, o que nos expõe ainda mais o modelo aos apedrejamentos.

RED BULL

PPB de energéticos deve atrair mais fábricas



A fábrica matriz do Red Bull fica na Áustria

RENATA MAGNENTI
renatamagnenti@acritica.com.br

A alteração no Processo Produtivo Básico (PPB) de bebidas que viabiliza a instalação da primeira fábrica da Red Bull fora da Áustria foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel e pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp. A aprovação do PPB deve ser publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União (DOU).

Segundo o consultor econômico da fábrica austríaca, Roderick Castello Branco, o PPB da Red Bull não entrou na classificação do PPB de bebidas já aprovado, pois se encaixa na categoria de energéticos e isotônicos.

A instalação da multinacional foi aprovada na última reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), e no dia 28 será avallada no Conselho de Administração da Suframa (CAS). As empresas interessadas em se instalar no Polo Industrial de Manaus (PIM) devem ser avaliadas em ambas as reuniões.

O projeto prevê investimento fixo de R\$ 200 milhões, que será utilizado na construção da fábrica, instalação e compra de equipamento, entre outras atividades. O investimento total do grupo está em torno de R\$ 450 milhões. Por estar no ramo de bebidas, praticamente, todo processo é automatizado e a geração de emprego, segundo o consultor, é pequena e deve ficar em cerca de 100 funcionários.

A produção inicial da empresa no Brasil é de 250 milhões de latas do energético. Toda a produção será comercializada apenas no país. De acordo com o consultor, a produção irá atender somente a demanda nacional. Em 2011, os brasileiros consumiram 19 milhões de latas.

Após a publicação no DOU e aprovação no CAS deverá ser divulgado o local onde a multinacional será instalada, assim como o total da área a ser construída.

RED BULL (continuação)

DESTAQUE

Na avaliação do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, a aprovação do PPB para energéticos é uma conquista importante, se tratando da instalação da maior produtora do item no mundo no PIM. A aprovação deve atrair ainda novas empresas do setor no Polo.

SETOR EM ALTA

Caixa vai investir R\$ 1,3 bi

É o que a instituição planeja aplicar em financiamento habitacional este ano, para crédito comum e 'Minha casa, minha vida'

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

Após recordes em contratações em 2011, a Caixa Econômica Federal no Amazonas projeta aplicar R\$ 1,3 bilhão em financiamento habitacional neste ano, ante os R\$ 992 milhões do ano passado. Em todo o País, a Caixa alcançou lucro global de R\$ 5,2 bilhões em 2011, avanço de 37,7% em relação a 2010.

"Nosso cenário é de crescimento da carteira de crédito em 2012. Esperamos manter a demanda aquecida e forte na carteira habitacional, com o objetivo de aplicar R\$ 1,3 bilhão", disse o superintendente regional da Caixa, Paulo Henrique de Souza, destacando que não tem percebido impacto da crise da Europa e dos Estados Unidos nas operações do banco.

No Amazonas, o financiamento habitacional atingiu R\$ 992 milhões, em 2011, uma expansão de 28,9% em relação a 2010, com a contratação de 10.430 unidades habitacionais. O quantitativo está bem abaixo das expectativas no início do ano passado da então superintendente regional da Caixa, Noêmia Jacob, que era de 20 mil unidades e R\$ 1 bilhão em financiamento.

Segundo a Caixa, as linhas de crédito com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) alcançaram

Busca rápida

Amazonas tem alto déficit habitacional

De acordo com dados de 2007 da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional do Amazonas é de 174,9 mil moradias. O programa federal "Minha casa, minha vida" foi criado para reduzir esse número e oportunizar a compra da casa própria em condições facilitadas, evitando habitações desordenadas.

mais de R\$ 341 milhões, com 2.678 contratações, R\$ 129 milhões a maior do que 2010. As operações do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e outras fontes de recursos somaram R\$ 651 milhões.

No Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) I, desde o seu lançamento pelo governo federal em 2009, já foram contratados 12.277 unidades, representando um investimento de R\$ 757,8 milhões. Desse total, apenas 611 unidades já foram entregues. Do total dessas contratações, 5.901 unidades ficaram na faixa de zero a três salários mínimos (R\$ 246.299 milhões), 3.653 de três a seis salários mínimos (R\$ 272.360 mi-



Crédito de R\$ 2,7 bilhões em 2011

As contratações de créditos da Caixa, no Amazonas, atingiram no ano passado R\$ 2,7 bilhões, um crescimento de 36,2% em relação ao ano anterior. Em todos os segmentos, o resultado foi positivo.

O crédito comercial chegou a R\$ 1,3 bilhão - R\$ 197 milhões a mais do que em 2010,

sendo R\$ 679 milhões para pessoa física e R\$ 634 milhões para pessoa jurídica. As contratações de saneamento e infraestrutura alcançaram R\$ 396 milhões, alta de 36,20% ante 2010.

Líder absoluta no País em relação à poupança, instituição é responsável por 43,02% do saldo existente no mercado amaz-

nense, e fechou o ano com um saldo de depósito de R\$ 1,2 bilhão (de 30 mil contas), R\$ 174 milhões a maior que o ano anterior.

O volume de pagamentos dos benefícios sociais no chegou a R\$ 1,3 bilhão, tendo como destaques o Programa Bolsa Família com R\$ 435 milhões, o FGTS com R\$ 616 milhões e o seguro desemprego com R\$ 380,5 milhões.

lhões) e 2.723 unidades de seis a dez salários mínimos (R\$ 239.179).

Os números de entrega do programa para as pessoas de baixa renda devem melhorar ainda no primeiro semestre com o repasse de 3.511 das 8.895 unidades habitacionais (casas e apartamentos) do conjunto Meu Orgulho, do governo do Estado, segundo Paulo Henrique de Souza. As obras da primeira etapa começaram em 2010. "O número de unidades entregues é pouco, porque tem um tempo de construção, mas não temos obras com atraso", garantiu.

Em relação ao PMCMV II, com início em 2011, a Caixa financiou 7.648 unidades, no valor total de R\$ 407 milhões. Dessas unidades, 5.884 estão na faixa de zero a três salários mínimos (R\$ 299.140 milhões), 1.392 de três a seis salários mínimos (R\$ 80.016 milhões) e 372 unidades de seis a dez salários mínimos (R\$ 27.887 milhões).

"A nossa perspectiva é que um dia cheguemos ao nível de países desenvolvidos, que tem 30% dos produtos habitacionais financiados pelas instituições financeiras. Aqui no Brasil era 7% e passou para 11% e temos grande esperança de continuar crescendo", disse o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM), Eduardo Lopes.

Redução do FNO deve prejudicar PIM

Empresas de grande porte terão corte de 20% de recursos do Basa este ano

O Banco da Amazônia (Basa) estima que não haverá recurso disponível no segundo semestre deste ano para empresas com faturamento acima de R\$ 90 milhões dentro do programa de educação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Ou seja, poderá inviabilizar a instalação dessas empresas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Uma mudança proposta pelo Ministério da Integração e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) alterou o programa de educação na edição de 2012.

O diretor comercial e de distribuição do Basa, Gilvandro

417 657/89

Os Fundos Constitucionais (FCO, FNE e FNO) são provenientes da arrecadação do imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aos bancos administradores.

Negrão Silva, explica que a programação financeira do FNO 2012 corresponde a R\$ 4,20 bilhões. Deste total, 51% são destinados a projetos de empresas que atuam em qualquer ramo

de atividade - que têm faturamento até R\$ 16 milhões, e os 49% restantes são destinados a empresas com faturamento acima de R\$ 16 milhões. Porém, a mudança se dá neste item, pois deste total apenas 20% será destinado a empresas com faturamento acima de R\$ 90 milhões.

"O resultado é que as empresas de grande porte terão um recurso do FNO correspondente a R\$ 800 milhões e ele deve ser destinado às empresas da região Norte até o final deste semestre. Isso quer dizer que, certamente, não teremos recursos disponíveis para estas empresas no segundo semestre", anunciou Gilvandro. Segundo ele, todo final



Arquivo A CRÍTICA
Governo do Amazonas vai pedir ao governo Federal que reavalie a decisão

de ano há uma reunião do Conselho Deliberativo (Condel) onde se define o orçamento do FNO para o ano seguinte.

Ainda de acordo com Gilvandro, o recurso a ser tomado por cada indústria junto ao Basa é definido pelo banco, com base no investimento total do negócio. "É feita uma análise criteriosa e não tem como dizermos agora qual será o estado do Norte que ficará sem recurso".

GOVERNADOR IRRITADO

Ao saber da mudança, ontem, o governador Omar Aziz disse que a situação se trata "de uma brincadeira". "Na última reunião dos governadores não houve um consenso sobre esse assunto e agora se delimita em 20% a cota para empresas de grande porte. Todas as empresas do PIM têm faturamento acima de R\$ 90 milhões, assim inviabiliza o projeto delas no Polo", ressaltou.

Funcionários da Suframa ameaçados de demissão

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Um clima de apreensão causado pelo medo de perder o emprego tomou conta ontem (10), de funcionários terceirizados da Fundação Centro de Análise Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), que trabalham na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O prazo para que eles sejam demitidos expirou, conforme decisão da 3ª Vara Federal, que expediu liminar proibindo a Suframa de contratar terceirizados, ao mesmo tempo em que exigiu a demissão dos funcionários não concursados.

Ontem, uma reunião para debater o assunto foi realizada no gabinete do superintendente do órgão, Thomaz Nogueira, que já teria em mãos a lista com o nome dos demitidos. "O clima ficou muito tenso. As pessoas estão apreensivas aguardando a hora que vão ser chamadas para ser demitidas. Estamos abatidos psicologicamente. Teve até gente que passou o dia chorando com essa situação", afirmou um dos funcionários terceirizados da Fucapi, que pediu para não ter o nome divulgado.

Na mesma situação, outra funcionária destacou que muitos terceirizados possuem mais de dez anos

de serviço. "Eles vão ser jogados no olho da rua depois de todo esse tempo de trabalho", salientou.

Pelo menos mais 115 terceirizados, conforme dados da Suframa, aguardam ser dispensados da autarquia. Outros 69 já foram substituídos

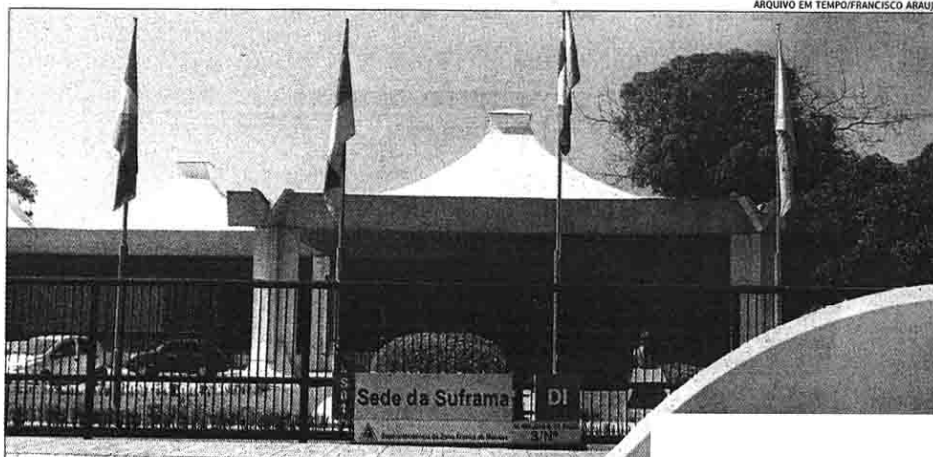
TEMEROSOS

Funcionários que trabalham há mais de dez anos na superintendência estão com medo de ficar desempregados. Boatos apontam que já existe uma "lista negra" de servidores que serão exonerados

pelos profissionais que passaram no concurso realizado em 2008, para prover 81 vagas.

Outros 12 concursados ainda aguardam ser nomeados para trabalhar. De acordo com a Suframa, a maioria dos terceirizados atuava em setores técnicos e de informática.

Por meio da assessoria, a Suframa informou que só vai se manifestar sobre o assunto na próxima segunda-feira (13). A autarquia adiantou que as demissões visam cumprir determinação judicial, que obriga a Suframa a não manter em seus quadros funcionários que não sejam concursados.



ARQUIVO EM TEMPO/FRANCISCO ARAUJO

Ação civil pública foi movida pelo Ministério Público Federal, em 2009

Liminar determina exoneração

A decisão liminar expedida pela Justiça Federal que obriga a Suframa a demitir os empregados terceirizados foi concedida em razão de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF/AM). Desde 2009, o MPF/AM investigava a contratação de funcionários não concursados pela autarquia que, em 2008, promoveu concurso

público para preencher cargos vagos. O resultado final foi homologado no mesmo ano, com validade de dois anos e prorrogado por igual período, a partir de 18 de maio de 2010. Mesmo assim, a Suframa optou por "inchar" o quadro de terceirizados, ao invés de chamar os aprovados no concurso público, o que gerou uma ação do MPF/AM.

Empregados na indústria têm crescimento de 1% em 2011



ALBERTO CESAR

Taxas negativas no emprego foram registradas em setembro

O emprego industrial teve crescimento de 1% em 2011. Os dados foram divulgados ontem (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mostram que a taxa ficou abaixo dos 3,4% do ano anterior. Em dezembro, o emprego na indústria variou 0,2% na comparação com novembro, após registrar taxas negativas em setembro (-0,4%), outubro (-0,5%) e novembro (-0,1%). Na comparação com dezembro de 2010, o índice caiu 0,4%.

O contingente de trabalhadores recuou em sete dos 14 locais pesquisados. Já o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria teve variação de 0,4% na comparação com novembro, após apontar recuos de 0,8% em setembro, 0,9% em outubro e de 0,2% em novembro.

Ainda na comparação com

novembro, o número de horas pagas diminuiu em 12 dos 18 setores pesquisados, com destaque para: vestuário (-6,4%), produtos de metal (-5,5%), calçados e couro (-6,7%), madeira (-11,9%), borracha e plástico (-4,6%) e têxtil (-4,7%). As contribuições positivas ficaram por parte de: alimentos e bebidas (2,3%), meios de transporte (2,3%) e outros produtos da indústria de transformação (3,2%).

O IBGE informou também que o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria cresceu 4,2% no acumulado de 2011, mas recuou 2,1% ante o mês imediatamente anterior, após avançar 0,7% em novembro. Na comparação com dezembro de 2010, o valor da folha de pagamento real cresceu 3,1%.

CAPA

Dilma toma R\$ 309 milhões da Suframa



▼ **Mais de 60% dos recursos da autarquia já estão contingenciados por Brasília**

Governo Dilma desfere novo golpe contra ZF



Pim fatura mas governo toma

A reunião contou com a participação do vice-governador José Melo (PMDB) e vários empresários das indústrias. Durante o encontro, o presidente da Federação das Indústrias do Amazonas, Antônio Silva destacou também o aumento do faturamento do PIM de R\$ 40 bilhões em 2011 e a manutenção de mais de 128 mil empregos no Distrito Industrial. Ainda na reunião, os empresários criticaram

as constantes mudanças na legislação federal com propósito de atacar a Zona Franca de Manaus (ZFM), como a MP dos Tablets e a PEC da Música. Os empresários se comprometeram em apoiar as ações do Estado nos diálogos com o Governo Federal.

O encontro foi realizado com o objetivo de fazer um balanço dos resultados da indústria amazonense obtidos em 2011 e as projeções para 2012.

✓ Um total de R\$ 309 milhões da Suframa já estão nos cofres federais

O superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, revelou, durante reunião da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), que do total de R\$ 514 milhões destinados à Suframa em 2012, R\$ 309 milhões já estão contingenciados pelo Governo Federal. De acordo com o superintendente, mais de 60% do orçamento destinado à Suframa para este ano já estão contingenciados e não vão poder ser utilizados em prol de convênios e projetos para o fortalecimento do Polo Industrial de Manaus (PIM).

"Isso deve ser um questionamento contínuo da sociedade, porque na verdade são recursos aqui gerados e que não retornam para a sociedade. Impactam a compe-



titividade e a gente não consegue fazer os investimentos", lamentou. Thomaz disse que apesar das dificuldades considera positiva a tentativa

de um diálogo com o Governo Federal para resolver a questão. "Estou extremamente otimista de alguns entendimentos da utilização dos recursos

para obras de infraestrutura. Isso não caiu do céu, mas é fruto que a sociedade faz desse mecanismo do contingenciamento", afirmou.

Governo Dilma desfere novo golpe contra ZF (continuação)

Engessamento progressivo

O engessamento da Suframa, mediante contingenciamento dos recursos que arrecada, é duramente criticado em Carta Aberta feita pelas entidades empresariais do Polo Industrial de

Manaus (PIM), foi criticada a retenção, feita há anos pelo Tesouro Nacional, em nome da formação de superávit primário, é chamada de "confisco" no documento.

Assinam a Carta Aber-

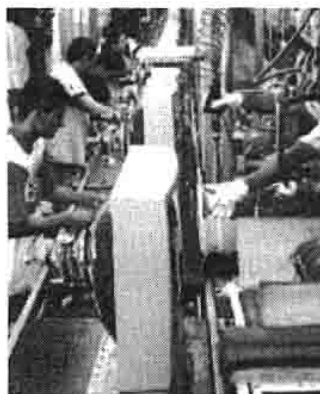
ta as federações das Indústrias (Fieam), Comércio (Fecomércio) e Agricultura (Faea), além do Centro da Indústria (Cieam) e da Associação Comercial do Estado do Amazonas (ACA).

Estrangulamento

"Esse estrangulamento que a Suframa vem sofrendo foi o meio que os inimigos da Zona Franca de Manaus encontraram para desestabilizar as expectativas otimistas do futuro de desenvolvimento e o crescimento do modelo", dizem as entidades.

É a primeira vez que es-

tas instituições se dirigem de forma tão direta ao Governo Federal. É consenso entre os dirigentes que o novo superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, como aconteceu com sua antecessora, Flávia Grosso, ficará engessado com a continuação do contingenciamento.



Confiscadas pelo BNDES

As verbas da Suframa, contingenciadas há quase duas décadas, foram surrupiadas na gestão Lula, para compor o superávit primário, uma desculpa marota para justificar a ganância arrecadatória do governo federal. Depois, visando fazer frente aos acordos de Lula com seus comparsas caudilhescos da vizinhança, Evos Morales da vida, o governo autorizou o repasse dos recursos para os cofres do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que levou ferro e calote dos respectivos. Finalmente, pressionado por Sarney, Lula autorizou polpudos recursos ao governo do Amapá, do qual se diz representante.

Mãos atadas

"De nada adiantará termos o compromisso da presidente Dilma, de nada adiantará a prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos e a ampliação da área de incentivos para toda a Região Metropolitana de Manaus, entre outras promessas e a indicação de um novo superintendente, aquinhoado técnica e moralmente, se a Superintendência da Zona Franca de Manaus não tiver autonomia financeira e

administrativa". Em resumo, este foi o brado registrado em Carta Aberta assinada pelas entidades de classe do Estado do Amazonas e entregue ao representante da presidente Dilma Roussef e do ministro do Desenvolvimento, o interino Alessandro Teixeira.

Capitaneada pela Federação das Indústrias, a carta foi assinada pelo Centro das Indústrias, Federação do Comércio e da Agricultura e a vetusta Associação Comercial.